

Imprensa e poder

Sebastião Guilherme Albano da Costa*

MOTTA, Luiz G. *Imprensa e poder*. Brasília: Editora UnB, 2002.

Num comentário sobre uma coletânea de estudos, como *Imprensa e poder*, organizada por Luiz Gonzaga Motta, a primeira tarefa do resenhista se resume a enfeixar os textos que mais lhe parecem significativos para representar todo o livro. A densidade e extensão da obra comentada é injustamente reduzida e simplificada em poucas páginas no comentário. Neste sentido, dentre os 20 estudos dispostos em quatro recortes temáticos, quais sejam: (a) sociologia da imprensa; (b) transformações no jornalismo; (c) política nas colunas e (d) discurso, ideologia e poder, foram selecionados nove para conformar o universo de análise.

Na apresentação, Motta estabelece os parâmetros de composição do compêndio e as justificativas para a linha temática que norteia o livro, a relação entre jornalismo e poder. Em sua opinião, a existência do meio de comunicação jornal (a imprensa) está associada a uma prática política que, no sentido mais cristalizado do termo *política*, refere-se a *relações de poder*. No entanto, deveria ter sido ressaltada a verdadeira diretriz dos textos inscritos na recompilação, em que a noção de política aparece muito mais como a correspondência entre público e privado. Mas se isto não está claro na apresentação, desde o sumário se percebe que foi inevitável constituir o livro sem que esta indicação permeasse o conceito de política do próprio organizador.

Roberto Seabra assina o texto *Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da Internet*, de cunho histórico. Sua descrição compreende cinco fases do desenvolvimento do jornalismo no Brasil: o jornalismo literário, o jornalismo informativo estético, o jornalismo informativo utilitário, o jornalismo interpretativo e o jornalismo plural. Mesmo estabelecendo um esquema conceitual, na realidade, as balizas são os períodos da história política brasileira, que, certamente, têm forte influxo na forma e no conteúdo da imprensa. Neste sentido, o estudo se torna

* Sebastião Guilherme Albano da Costa é professor do CEUB, Brasília - DF.

demasiado didático e prima pela exposição informativa e não pela penetração que uma síntese mais acurada entre jornalismo e poder do Estado permitiria alcançar. Contudo, deixa claro os liames entre a imprensa e a política.

O segundo texto se refere às relações entre a teoria do *agenda-setting* e a pauta de assuntos tratados pelos parlamentares no Congresso Nacional. Como muitas das posturas que se arrogam o papel de explicar a ação da mídia no público, esta vertente das *communication research*, como se sabe, determina que a sociedade contemporânea se encontra a tal ponto condicionada pelos meios (neste caso, meios e gêneros jornalísticos), que reproduzem em qualquer ato comunicativo os assuntos e as estratégias da comunicação de massa. Analogamente, julga que as relações sociais estão orientadas pela ação da mídia. Em outras palavras, somos não apenas a extensão dos meios (viravolta em teorias outras que consideravam os meios como extensão de nossos sentidos), senão que conformamos uma instituição dependente do subsistema dos mass media. Os arautos da *agenda-setting* chegam inclusive a se referir a uma *construção da realidade* de origem mediática, uma noção lábil cuja simples menção careceria de fortes argumentações, coisa que, em geral, não ocorre.

Bem, o estudo em questão é da ex-estudante da Universidade de Brasília (UnB) e professora universitária, Malena Rehbein Rodrigues, e intitula-se *Agendando o Congresso Nacional: do agenda-setting à crise da democracia representativa*. Seu fito é mais modesto e bastante coerente, limitando o âmbito da teoria às pautas do Congresso e dos jornais de maior circulação no Brasil. Os reparos apontados dizem respeito à certa folga no uso da linguagem (*é dentro desse contexto*, ou repetição de fórmulas expressivas como *presença maciça* etc.) e certa ingenuidade, que pode ser confundida com falta de rigor. Exemplificando: em meio a conclusões, aparecem expressões como estas: “*a radicalização da revolução das comunicações alterou a vivência social*”; ou, referindo-se aos mass media: “*o que não é selecionado por eles praticamente não existe*”.

No entanto, obtêm acertos relativos, que estão nas posições mais ponderadas que consideram que os meios não são fiéis representantes da sociedade civil, porque obedecem a interesses próprios e, mais adiante, quando estima que “*a cristalização de significados advinda desse processo (a ação dos media), daria origem aos ritos, regras e imagens estereotipadas do mundo*”. Ambas são posições nada reveladoras, conquanto atinadas. Não obstante, os verdadeiros acertos são as conclusões de que as seções de

política nacional dos diários e o Congresso participam de uma rede de influências mútuas que pode ser bastante libertina. Todavia, a autora julga que tal “*promiscuidade*” resulta do hábito de as assessorias de imprensa dos parlamentares se esforçarem por criar fatos que possam se tornar notícias. Parece não recordar que esta é precisamente uma função de tais assessorias, que garimpam as iniciativas de lei de maior visibilidade. É de se lastimar que não redundem em benefícios sociais.

Embora mantenha a tônica, o estudo de Ana Lúcia Novelli, *O Projeto Folha e a negação do quarto poder*, tem maior envergadura e se remete a teorias bastante agudas sobre o jornalismo. Considera que as teorias liberal e libertária (esta última extensão da primeira), conferem à imprensa um papel de instituição mediadora entre os poderes públicos (o Estado) e o privado (o poder econômico capitalista), numa atitude de isenção que deveria beneficiar o livre fluido de informação em favor dos interesses da sociedade. A imprensa seria então, em regimes compostos pelos poderes executivo, legislativo e judiciário, o chamado *quarto poder*, acima de qualquer dos outros três, no sentido em que supervisionaria as ações daqueles em prol da sociedade civil.

Com embasamento em Hegel e Habermas (conceitos de Estado, sociedade, sociedade civil, esferas pública e privada) e em Mott, Siebert, Linsky etc. (os postulados das teorias liberal e libertária) a autora tece linhas de raciocínio que levam à conclusão de que o *Projeto Folha* de modernização jornalística, lançado em 1984 e ainda em pleno andamento, na prática subverte as noções de *quarto poder* e de *sociedade* e os travamentos das mesmas teorias liberais e libertárias, já que mantém um compromisso unicamente com seus leitores, que não podem ser representantes de toda a sociedade.

Ana Lúcia Novelli diz: “*Sem uma aceitação mais ampla do papel do jornalismo na sociedade, critérios adotados pela Folha de São Paulo, como pluralidade, criticidade, modernidade e apartidarismo, continuam agindo mais como mecanismos de manipulação da informação do que como elementos que garantam o desempenho de um jornalismo que tem por opção a luta por reformas estruturais, praticáveis e concretas, capazes de contribuir para uma sociedade menos injusta, mais organizada e desenvolvida*”. Refere-se, pois, às contradições impostas pela prática jornalística do diário paulista, incoerências já inscritas no texto do *Projeto Editorial da Folha de São Paulo*, de 1984.

Televisão e poder no Brasil, de Paulo José Cunha, faz um reconto da história da TV no País, sob a ótica das ações e comentários de Assis Chateaubriand e Roberto Marinho. Com esse veio estabelecido, associa uma série de fenômenos que tipificam a história da televisão e sua relação com o poder político. Cunha lembra de conceitos como “*coronelismo eletrônico*” para confirmar a nova ordem dos detentores do poder (“*das 302 emissoras comerciais de TV existentes no país, 94 pertencem a políticos ou ex-políticos*”), e da sociedade da Rede Globo com o Governo militar (“*O projeto de uma rede de televisão sob o comando de um jornalista-empresário de confiança do regime (...). E assim surgia a Rede Globo (...), o Jornal Nacional, o primeiro telejornal em rede no Brasil, surgido em 1969, o ano mais duro da repressão política da ditadura militar*”).

Além destes dados e do corolário ruinoso que se insinua ao pensar sobre a situação atual da TV no Brasil, o autor levanta interrogações inquietantes quando conclui que se a legislação dos meios não impuser limites para o festim, este meio “*que assume responsabilidade cada vez maior na disseminação do conhecimento*”, poderá, de um lado, nos levar a uma involução social inaudita. De outro lado, caso a orgia prossiga, no mínimo confirmar-se-ão as previsões dos teóricos da chamada *Escola de Frankfurt*, que consideravam que a técnica, à diferença do propósito iluminista de aclarar as regiões e mentalidades mais sombrias da sociedade, serviria para mistificar as verdadeiras relações, tanto produtivas quanto propriamente humanas.

Já o texto de Robert Darnton, *Rede de intrigas – fofocas, folhetins – as notícias na França do século XVIII*, também de clara vocação histórica, visa a recordar-nos, de maneira um pouco subliminar, que os meios de comunicação de massa não surgiram no século XX, como cremos. Ademais, ao falar da ingerência dos mais refinados métodos e gêneros de comunicação (folhetins libidinosos, panfletos zombeteiros e até a famosa Árvore de Cracóvia, ponto de encontro dos repórteres-fofoqueiros que se abrigavam sob sua copa para compartilhar e debater desde confissões amorosas até informações bombásticas sobre os salões da monarquia absoluta) nos governos de Luís XIV e XV, o autor nos incita a perceber nas colunas de fofocas políticas que atualmente grassam, uma prática bastante antiga. Comprova ainda a efetividade deste gênero de notas, posto que não foi desprezível a influência que teve no ânimo da opinião pública francesa no período de gestação revolucionária de 1789 e não é pouca a que tem hoje.

No texto de Darnton, o leitor mais exigente percebe certo desmazelo na linguagem, mas que não compromete a acuidade de sua hipótese e tampouco o interesse do seu conteúdo.

Outro texto importante para a coletânea trata de descrever precisamente a estrutura das colunas políticas em uso no jornalismo brasileiro. *“O beijo de Mangabeira - o jornalismo político das colunas de notas”*, de Davi Emerich, também ex-mestrando da UNB, embasou seu estudo nas colunas Radar (revista *Vêja*); Informe JB (*Jornal do Brasil*); Panorama Político, Swann e Zózimo (*O Globo*); a Coluna do Estadão (*O Estado de São Paulo*) e precisou do que é composto esse gênero de baixa visibilidade no corpo dos diários. Mesmo indiretamente, o autor se esforça por codificar e descrever a estrutura de tais colunas, que logo no início define como *“notas políticas ou com forte conteúdo político (...). Podem ser consideradas informativas, mas ultrapassam a barreira da objetividade pleiteada por outras editoriais e outros gêneros”*.

De acordo com Emerich, em geral, os colunistas possuem, no máximo, 20 fontes seguras, embora tenham cadernetas com fartura de números telefônicos. O mais curioso é que as fontes são, quase sempre, personagens da política que bordejam o poder central (do Executivo), citando, então, entre outros, o ex-senador Antônio Carlos Magalhães e o ex-ministro da economia, Delfim Neto, ambos, hoje, relegados a fontes secundárias. Uma característica importante é que os informantes participam, ativamente, em maior ou menor grau, da atualidade do poder e os dois políticos citados se encontram agora nas subjacências das decisões de monta.

Outra constante do gênero das colunas de notas políticas é que dispõe de um público leitor também bastante restrito, composto, segundo o autor, por *“políticos e homens do poder”*. Este fato condiciona o perfil do conteúdo das notas. Uma boa relação que Emerich estabeleceu em seu estudo foi que *“o jornalismo político das colunas de notas é pouco democrático quanto ao acesso a fontes e, portanto, apresenta-se com alto grau de concentração da informação. Em outras palavras, ela se abre pouco para o conjunto da sociedade e, na realidade, reflete as opiniões e o jogo político de um pequeno grupo de pessoas do Legislativo e do Executivo”*. Ademais, em razão da concentração de fontes e informação, a origem do conteúdo é, predominantemente, os corredores do Congresso, os gabinetes de ministros e assessores e os salões dos palácios da República. Em Brasília, origina-se a principal parcela dos temas das notas.

Por último, conclui que outro elemento estável das colunas de notas a circularem nos jornais brasileiros diz respeito a que as intrigas ou fofocas, subgêneros temáticos importantes na formação deste gênero de colunas, perdem espaço para a informação com credibilidade que se referem a fatos da vida política, e apenas *“cerca de 5% poderiam ser classificadas na rubrica intrigas/provocativas”*. Sem dúvida tais dados caracterizam uma nova postura genérica em detrimento da tradição de colunas puramente de comentários sobre eventos, festas e a vida privada das elites política e econômica.

Intitulado *“Sangue na tela: a representação da violência nos noticiários de televisão no Brasil”*, o estudo de Tânia Montoro trata de esquadriñar *“como se constrói a representação da violência por meio das notícias transmitidas nos telejornais de maior audiência no Brasil, respectivamente, Jornal Nacional (...) e Jornal da Record”*.

A autora parte para a definição das categorias de representação e ideologia que, segundo Teun Van Dijk, apenas podem ser consideradas de maneira conjunta e condicionada. Montoro considera ainda que as notícias violentas transmitidas pela TV sofrem uma mediação de gênero, no sentido de que a notícia (gênero informativo) é construída mediante uma representação (gênero dramático), que utiliza elementos típicos do discurso narrativo (história relatada por um sujeito enunciador etc.). Todos os mecanismos de mediação entre o acontecimento real e a apreensão do conteúdo da representação noticiosa dos telejornais constroem um aparato que define a ação delituosa não como consequência de um sistema social falido, mas como derivado de uma espécie de abstração simbólica de eventos reais. O processo de textualização da realidade tende a ser um filtro, um prisma que, nos casos arrolados, obscurecem as verdadeiras causas da violência.

O estudo revela também outros dados importantes: entre primeiro e dez de março de 1999, nas manchetes dos telejornais mencionados, o segundo tema de maior incidência tratava da violência. No Jornal Nacional, as manchetes que se referem a atos violentos, geralmente, são acompanhadas de apoio visual. No período, o tema da violência ocupou 18% do Jornal Nacional e 24,4% do Jornal da Record. Em mais de um sentido, as conclusões, apoiadas no misto metodológico de análise do discurso e análise do conteúdo, redundam em que, na forma de transmissão das notícias nos telejornais *“A violência é representada como uma anomalia que causa distúrbios à ordem social e que é algo externo à sociedade, portanto*

praticada por indivíduos marginais”. Esta mesma forma “oculta também as causas econômicas, sociais e conjunturais que produzem a violência na sociedade brasileira (...). A violência é representada socialmente como um problema de ordem pública, cuja solução depende de medidas e de ações policiais e do Poder Judiciário por meio dos tribunais de justiça”.

O conceito de ideologia está presente em mais de um estudo da coletânea, o que não surpreende, porquanto se trata de uma reunião de textos sobre imprensa e poder. Baseado na definição de John B. Thompson, em que uma *“forma simbólica será ideológica se servir para estabelecer ou manter relações assimétricas de poder”*, João Bosco Bezerra Bonfim, em *Ideologia no discurso da mídia – o poder das palavras e as palavras do poder*, traça um paralelo entre a fome existente na sociedade brasileira (causada por uma situação estrutural), as ações paleativas dos governantes para mitigá-la e o discurso dos mass media sobre esses fatos. O trajeto e as conclusões são semelhantes aos do estudo de Tania Montoro sobre a violência na TV, conquanto o autor utilize, além da análise do discurso, recursos propriamente da linguística para alcançar os resultados.

Bezerra Bonfim investiga o verbete *campanha*, por exemplo, e descobre que seu uso atrela-se a uma série de sentidos que vão do militar à propaganda. Utiliza vínculos semânticos para definir como os meios de comunicação de massa reproduzem, mesmo de maneira inconsciente, valores das elites política e econômica do Brasil, ao tratarem da fome, especificamente, no caso da *Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida*. À certa altura, comenta: *“Vejamos, agora, o possível funcionamento ideológico dessa representação. Em primeiro lugar, devemos considerar que buscar resolver o problema da fome no Brasil por meio de uma campanha é entender que tal questão poderia ser resolvida por meio desse tipo de ação”*. Estima, ainda, que as campanhas tendem a ser consideradas como moda e busca a evolução do termo moda, que resulta em *“Fenômeno social ou cultural, de caráter mais ou menos coercitivo, que consiste na mudança periódica de estilo, e cuja vitalidade provém da necessidade de conquistar ou manter uma determinada posição social”*.

Os textos arrolados oferecem conclusões não muito diversas uma das outras. A quase homogeneidade nos resultados deriva-se do alinhamento, grosso modo, às noções de imprensa e poder, que balizam as reflexões. Mesmo com certa aparência de dissonância teórica e de método, a impressão de ar de família entre as posturas, em primeira

instância, pode ser atribuída à falta de ânimo para testar modelos especulativos originais, uma vez que os investigadores reproduzem as tendências gerais dos estudos da comunicação, da estrutura aos efeitos sociais. A consequência é que, mesmo que as relações conclusivas estejam em todos os estudos bastante apegadas aos contornos dos métodos provados em cada caso, estas resultam numa série de repetições de fenômenos muito comentados e isentos de controvérsia acadêmica, não assim de interesse e até efetividade. É neste sentido que, ao insistir nas tendências teóricas mais recorrentes (*agenda-setting*, análise do discurso, análise do conteúdo etc.), confirma-se que elas não esgotaram seu poder de descrição dos atos comunicativos na era da indústria cultural, menos ainda dos nexos entre imprensa e poder. Mas o que ressalta num livro como este é, sobretudo, o empenho na pesquisa, fundamental para o amadurecimento do debate sobre a comunicação no Brasil.